

**O ensino híbrido: alternativa para a educação inclusiva de surdos**  
**Hybrid education: an alternative for the inclusive education of the deaf**  
**La enseñanza híbrida: alternativa para la educación inclusiva de sordos**

Recebido: 29/03/2019 | Revisado: 28/04/2019 | Aceito: 04/05/2019 | Publicado: 15/05/2019

**Alex Araujo Dultra**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1198-4215>

UNOPAR Pitágoras, Brasil

E-mail: [alexdultrasocial@hotmail.com.br](mailto:alexdultrasocial@hotmail.com.br)

**Resumo**

As tecnologias da informação e de comunicação são um meio eficaz, que foram aplicadas em educação, pois permite que os professores trabalhem com estimulação precoce de alunos com deficiência, visando promover o desenvolvimento adequado desses alunos. Em face disto, o objetivo desse estudo é apresentar as contribuições do ensino híbrido para o processo de ensino e aprendizagem de alunos, em especial alunos surdos. Para o desenvolvimento deste estudo, adotou-se a abordagem qualitativa, com pesquisa do tipo bibliográfica. O estudo conclui que o ensino híbrido apresenta uma diversidade de métodos a serem aplicados no ensino inclusivo de surdos, permitindo através de uma abordagem transdisciplinar uma boa reflexão sobre o contexto contemporâneo na educação, desde que seja utilizado de maneira adequada, com devidos planejamentos, combinando com diversos recursos tecnológicos, porém para sua implementação é necessário que ocorra uma reelaboração cultural escolar, principalmente ao método tradicional de ensino que ainda está enraizado em nossa cultura.

**Palavras-chave:** Aluno surdo; Inclusão escolar; Pesquisa bibliográfica.

**Abstract**

Information and communication technology are an effective means that have been applied in education because it allows teachers to work with early stimulation of students with disabilities, aiming to promote the proper development of these students. In the face of this, the objective of this study is to present the contributions of hybrid teaching to the teaching and learning process of students, especially deaf students. For the development of this study, the qualitative approach was adopted, with bibliographic research. The study concludes that hybrid teaching presents a diversity of methods to be applied in the inclusive education of the deaf, allowing a transdisciplinary approach a good reflection on the

contemporary context in education, provided that it is used properly, with due planning, combining with several technological resources, but for its implementation it is necessary that a cultural reelaboration occurs, mainly the traditional method of teaching that is still rooted in our culture.

**Keywords:** Deaf student; School inclusion; Bibliographic research.

## Resumen

La tecnología de la información y la comunicación son un medio eficaz, que se han aplicado en la educación, ya que permite a los profesores trabajar con una estimulación precoz de los alumnos con discapacidad para promover el desarrollo adecuado de estos alumnos. En vista de esto, el objetivo de este estudio es presentar las contribuciones de la enseñanza híbrida para el proceso de enseñanza y aprendizaje de alumnos, en especial alumnos sordos. Para el desarrollo de este estudio, se adoptó el abordaje cualitativo, con investigación del tipo bibliográfica. El estudio concluye que la enseñanza híbrida presenta una diversidad de métodos a ser aplicados en la enseñanza inclusiva de sordos, permitiendo a través de un abordaje transdisciplinario una buena reflexión sobre el contexto contemporáneo en la educación, siempre que sea utilizado de manera adecuada, con debidos planeamientos, combinando con diversos recursos tecnológicos, pero para su implementación es necesario que ocurra una reelaboración cultural escolar, principalmente al método tradicional de enseñanza que aún está enraizado en nuestra cultura.

**Palabras clave:** Alumno sordo; Inclusión escolar; Búsqueda bibliográfica.

## 1. Introdução

A inclusão escolar cada vez mais tem contribuído consideravelmente para a amplificação de números de alunos com necessidades educacionais especiais inseridos no contexto comum de ensino, como exemplo a inserção de alunos surdos.

Os sujeitos surdos, quando incluídos em salas de aula comuns, enfrentam dificuldades em participar do meio educacional. Na grande maioria das vezes, acabam por serem excluídos de se desenvolverem e, conseqüentemente, não chegam a concluir os estudos, pois a escola possui dificuldades em trabalhar com esses alunos.

A inclusão do aluno surdo no espaço escolar, não pode ser compreendida apenas como mera inserção e integração, mas como aquela que contemple conhecimentos sobre as especificidades de todos os alunos, pois não basta admitir o aluno, é necessário pensar na permanência, no aprendizado, na integração com o grupo, nas avaliações (que devem refletir a aquisição de conhecimentos dentro do seu perfil e das suas características). Neste contexto, a inclusão educacional vem ganhando cada vez mais destaque na pauta de discussões sociais,

econômicas e políticas nacionais e internacionais, pois, a inclusão é um direito da pessoa com deficiência.

A educação inclusiva pode ser concebida como um processo para responder às diversas necessidades de todos os alunos através de uma maior participação na aprendizagem, atividades culturais e comunitárias, reduzindo a exclusão dentro e fora do sistema de ensino. Isto implica mudanças e mudanças no conteúdo, abordagens, estruturas e estratégias baseadas em uma visão comum extensiva a todos os alunos de todas as etapas do ensino.

O artigo 205 da Constituição de 1988, institui que a educação é direito de todos, dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96, mostra todo um capítulo voltado à Educação Especial e face aos preconceitos de ali existentes, está reafirmando, com mais detalhes, o direito à educação pública e gratuita para pessoas com necessidades especiais.

Em relação à educação inclusiva de alunos surdos, a legislação educacional atual garante os direitos dessa comunidade a uma educação que atenda suas condições linguísticas e de aprendizado diferenciados (Santos, 2012).

Em face disto, o objetivo desse estudo é apresentar as contribuições do ensino híbrido para o processo de ensino e aprendizagem de alunos, em especial alunos surdos.

A proposta do ensino híbrido promove uma mudança no papel desempenhado por alunos e professores, de forma que permite maior interação e colaboração. Além disso, ele visa proporcionar ao educando o contato, o conhecimento, a prática na utilização da tecnologia para que esteja apto a viver, conviver, conhecer e produzir na sociedade. (Christensen, Horn & Staker, 2009).

Como os instrumentos tecnológicos se fazem cada vez mais necessários para se viver, conviver e produzir na sociedade, englobando também a educação, da qual surge a necessidade de repensar as formas de ensinar e aprender. Como consequência, a escola deve trabalhar com ferramentas que preparem as novas gerações para a vida nesta sociedade informatizada e tecnológica. Esses instrumentos podem ser ferramentas eficazes para o desenvolvimento das competências e habilidades dos educandos, promovendo autonomia, autoconfiança, autoestima, autodeterminação, entre outros, que facilitarão a aprendizagem integral do aprendiz.

## **2. Metodologia**

Para desenvolver o referido estudo foi realizada uma pesquisa com delineamento de fonte de informação bibliográfica, tendo sido adotados como procedimentos de coletas de dados e revisão de literatura. Para Lakatos e Marconi (2007) este tipo de pesquisa é definida como o levantamento, seleção e documentação de bibliografia que já foi publicada sobre o tema, e possibilita que o pesquisador entre em contato com estes materiais e aprofunde os conhecimentos sobre o assunto. O estudo foi delimitado na Biblioteca de teses e dissertações brasileiras entre outras fontes de pesquisa, com trabalhos publicados entre os anos 2000 à 2017. Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Segundo Ludke e André (2013) e Gil (2010), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com um problema, com vistas a torná-lo mais explícito, envolvendo o aprimoramento de ideias ou a descoberta de hipóteses.

### **3. Educação Inclusiva**

Ao longo dos anos, a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, vem abandonando o modelo de atendimento segregado, adotando o modelo de educação inclusiva, visando à melhoria do atendimento de estudantes com deficiência, de modo que os mesmos obtenham sucesso na escola como na vida, além de diretamente proporcionar uma maior qualidade de vida a estes estudantes.

Sabe-se, através da história, que até o século XVI, a sociedade não se preocupava em oferecer um atendimento especializado às pessoas consideradas diferentes das demais. Mesmo antes do século XVI, as pessoas que nasciam com alguma deficiência ou diferença eram brutalmente queimadas em fogueiras em praça pública ou jogadas à própria sorte, pois se acreditava que essas pessoas eram ligadas ao demônio (Walber, 2006).

Só a partir do século XXI, que ocorreram as mudanças na organização das sociedades, onde as instituições sociais passaram a ter maior atenção as pessoas com algum tipo de deficiência e estenderam o atendimento a este grupo de excluídos.

O atendimento aos indivíduos com deficiência teve seu marco inicial na época do Império, onde os surdos eram conhecidos como surdos-mudos e utilizavam os gestos como meio de comunicação, e foi esse o motivo que instigou Hernest Huet a fundar uma escola de surdos, conhecida como o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, no Rio de Janeiro, em 1857, hoje Instituto Nacional da Educação dos Surdos (INES).

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, passa a nortear o atendimento educacional das pessoas com deficiência, destacando seus direitos à educação

do sistema de ensino, porém, não sendo no ensino regular.

Entre a década de 1970 e 1990, no ensino aos educandos com deficiência predominava a cultura da institucionalização ou da integração. A alternativa de escolha era a escola especial filantrópica ou a classe especial nas escolas públicas. No entanto, as duas opções não asseguravam a escolarização (Barreto & Barreto, 2014). Em meados da década de 1980, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, artigo 205, dispõe que a educação é direito de todos, dever do Estado e da família, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para a cidadania e a sua qualificação para o trabalho, assegurando o direito e o respeito às diferenças, conseqüentemente no artigo 208, inciso III, afirma a garantia do atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência que deverá ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino. Essa Constituição abriu espaço aos direitos à educação diferenciada, porém, muito pouco foi praticado a respeito da inclusão de alunos com alguma deficiência.

Após a Conferência Mundial de Educação para Todos, que foi o primeiro evento, a discutir a necessidade do acesso à escola gratuita e a inserção das minorias marginalizadas e excluídas do sistema educacional, bem como do atendimento educacional de qualidade tanto aos alunos considerados 'normais' (sem deficiência) quanto aos alunos com deficiência, afirmando, enfim, que toda a pessoa tem direito à educação realizado em 1990 em Jomtien, na Tailândia. A partir desse evento, a inclusão passou a ser discutida e estudada durante o segundo evento, realizado em 1994 na Espanha, e ficou conhecido como a conferência de Salamanca (Guarinello, 2006).

Essa conferência contou com a participação de 88 governos e 25 organizações internacionais e deliberou o compromisso pela educação de todos, onde resultou na confecção de uma declaração, a Declaração de Salamanca.

Para Silva, Lacerda & Souza (2011, p. 11) este é um documento reconhecido pelo mundo todo e as discussões da educação especial se ampliam para a educação inclusiva e duas mudanças são centrais: A educação especial passou a ser entendida enquanto modalidade de ensino, que não substitui a educação comum, regular, mas que permeia todos os sistemas de ensino e assume-se coletivamente o direito de todos de estar na escola regular, princípio básico da Educação inclusiva.

No texto da Declaração, na introdução, descreve como princípio que:

Escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade,

crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajosos ou marginalizados (...) No contexto desta estrutura, o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e, portanto, possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva (UNESCO, 1994, p. 3).

Como podemos verificar neste escrito que a inclusão demarca todas as minorias, grupos que ficaram à margem da sociedade, da participação na escola comum, como negros, pessoas com deficiência, com dificuldades de aprendizagem e também os marginalizados, como homossexuais, índios etc. Afirma a proposta da educação inclusiva e questiona as concepções e atuação da escola tradicional, bem como da escola especial.

Simultaneamente à publicação da Declaração de Salamanca, promulgou-se a Política Nacional de Educação Especial (1994), no Brasil, seguindo os postulados da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, baseado no modelo da integração, embasado na teoria da normatização, tendo como foco o modelo clínico da deficiência, relacionando as particularidades físicas, sensoriais e intelectuais de cada aluno como uma questão de incompetência, representando com isso a restrição da sua inclusão no sistema educacional bem como no meio social (Aguilar, 2016, p.6).

Ainda nessa década, lançou-se também, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996, no seu artigo 4º, inciso 3º, que teve como objetivo garantir às pessoas surdas o acesso à aquisição da língua dos surdos, nas redes públicas ou privadas de ensino, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Com o objetivo de assegurar não só o ingresso, mas a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais na escola, o sistema educacional brasileiro vem sofrendo inúmeras reformas, dentre as quais se podem destacar a obrigatoriedade de matrícula, a idade de ingresso, a duração dos níveis de ensino, os processos nacionais de avaliação do rendimento escolar, as diretrizes curriculares nacionais e as definições para a escolarização dos alunos com necessidades especiais.

Em 1999, o Decreto nº 3.298 que trata da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, reconhece a educação especial como uma modalidade transversal a

todos os níveis e modalidades de ensino, destacando a importância do desenvolvimento da educação especial de forma a complementar o ensino regular.

O acesso dos alunos surdos à escola passou a ser garantido pelo Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, abordando sobre a formação e o reconhecimento do tradutor/ intérprete de Libras, a educação bilíngue, tendo como segunda língua o ensino da Língua Portuguesa para os alunos surdos, como também a inserção da Libras como matéria do currículo das licenciaturas.

Como também, foi lançado em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, objetivando a formação de professores para a educação especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, acesso e a permanência das pessoas com deficiência na educação superior e o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC. Para a execução deste plano, foi publicado o Decreto nº 6.094/2007, que estabelece nas diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, o direito do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às NEE dos alunos, garantindo o seu ingresso nas escolas públicas.

## **4 Ensino Diferenciado**

### **4.1 Ensino Híbrido**

O *Blended Learning*, é um termo em língua inglesa, relacionado à Educação a distância, que pode ser compreendido como ensino semipresencial ou ensino híbrido que se caracteriza pela oferta mista e conectada de conteúdo presencial e virtual.

Para Miranda (2005, p.48) o ensino híbrido é uma combinação dos recursos e dos métodos usados face a face e *online*, com a qual se procura tirar partido das vantagens de qualquer um dos dois sistemas de aprendizagem. Horn e Staker (2015, p.34). afirma que “*Blended Learning* é qualquer programa educacional formal no qual um estudante aprende, pelo menos em parte, por meio do ensino on-line, com algum elemento de controle dos estudantes sobre o tempo, o lugar, o caminho e/ou ritmo”.

É importante prestarmos atenção no termo “programa educacional formal” para identificar o termo híbrido. Assim, não se pode confundir uma atividade de game ou outra situação em que as crianças baixam um aplicativo e jogam (mesmo que esta atividade promova algum tipo de aprendizagem) não podemos denominá-la como ensino híbrido. Pois ele trata-se de uma metodologia que propõe momentos em que o aluno estuda sozinho, de maneira virtual,

com outros em que a aprendizagem ocorre de forma presencial, com o apoio da tecnologia, valorizando a interação entre alunos e professor.

Há uma importância cada vez maior do uso de novos padrões de educação, advindo das novas tecnologias no nosso cotidiano. A substituição dos livros por modernos meios de aquisição de informação como as mídias: televisão, som, imagem, internet, smartphone e o crescente avanço da informatização, aumentam a dependência do uso das mesmas.

Segundo Freire (2000, p.30), “a mudança é uma constatação natural da cultura e da história”. O que ocorre é que há etapas, nas culturas, em que as mudanças se dão de maneira acelerada. É o que se verifica hoje. As revoluções tecnológicas encurtam o tempo entre uma e outra mudança.

Para Christensen, Horn & Johnson (2009) na perspectiva do ensino híbrido, as inovações na sala de aula provêm de duas formas: Inovação sustentada, com a utilização de modelos de ensino híbrido, as mudanças ocorrem de forma gradativa, há o aperfeiçoamento dos processos já existentes com a integração nos modelos em espiral dos processos e a Inovação disruptiva, com a utilização de modelos de ensino híbrido, as mudanças ocorrem com o rompimento dos processos antigos, há a implicação de novas estratégias e a integração verticalizada dos processos.

A inovação que os artifícios tecnológicos trazem podem se tornar bons aliados do professor se usados de forma criativa; isso porque implicará em um maior aproveitamento se levarmos em conta que os alunos terão uma motivação maior em realizar as atividades propostas. Em contrapartida se o professor não souber usá-las tornará inválida. É importante que os professores façam das tecnologias um ponto de partida para que aconteça a aprendizagem, ou seja, através delas possa acontecer a mediação do professor para que ocorra o ensinamento dos conteúdos escolares exigidos nas propostas curriculares.

Sobre o tema, Menezes (2006, p.127) firma que:

O desenvolvimento de práticas pedagógicas no atual contexto educacional deve primar pela realização de atividades desafiadoras, que instiguem nos alunos a capacidade de criação, de descoberta e de construção de conhecimentos. Nesse contexto, o computador apresenta-se atualmente como um recurso capaz de possibilitar que os alunos desenvolvam tais habilidades.

O ensino híbrido está correlacionado às propostas educacionais do novo século e, para melhor compreendê-lo, tem-se uma organização de quatro principais modelos de ensino híbrido: Rotação, Flex, *À La Carte* e Virtual Enriquecido. O modelo de Rotação, por sua vez,

possui uma subdivisão: Rotação por Estações de Trabalho, Laboratório Rotacional, Sala de Aula Invertida e Rotação Individual, que incorporam a sala de aula tradicional com a educação on-line. Os modelos de Rotação proporcionam que os discentes de um curso ou de uma disciplina, em um roteiro pré-estabelecido pelo docente, passem algum tempo imersos em diferentes estações de ensino, em que pelo menos uma tem que ser online. Já os modelos Flex, *À La Carte* e Virtual Enriquecido sugerem a aprendizagem online como o eixo condutor de todo o processo de ensino (Horn & Staker 2015).

No modelo Ensino Híbrido por rotação Sala de Aula Invertida, em língua inglesa *Flipped Classroom*, é um modelo de rotação que auxilia bastante o desenvolvimento da autonomia do aluno, onde o mesmo estuda os conteúdos de modo *online*, em casa, na escola ou em outro espaço escolhido por ele. Já o tempo em sala de aula é reservado para atividades de aprendizagem com o acompanhamento do professor (Horn, Staker & Christensen, 2014). Como explicitado, no modelo de sala de aula invertida, as aulas seriam totalmente ao contrário. Como assim, o professor vai para casa com o aluno e ensina a matéria lá? Quase isso, mas não é necessariamente preciso que ele vá até lá. Na aula invertida o professor grava um vídeo com a matéria que ele daria em sala para os alunos. E eles assistem em casa. Assim, quando o aluno chegar em sala, a matéria já estará explicada. E, assim, dará mais tempo para que o aluno interaja com o professor para entender melhor a matéria, ou seja o aluno tem seu ritmo próprio e visualiza os conteúdos online de acordo com suas necessidades individuais e não as de todos os alunos da turma.

Quando os alunos chegam na sala de aula, sugere-se que o professor esteja disponível para orientá-los como eles devem aplicar o que aprenderam *online*, uma vez que a entrega primária de conteúdo ocorre dessa forma, tornando-se a sala de aula um ambiente interativo, que envolve os alunos mais diretamente em sua educação

O conteúdo *online* são todos os assuntos e recursos que podem ser criados pelo professor e publicados os selecionados a partir de um repositório virtual. Durante os momentos presenciais em sala de aula, enquanto os professores sugerem várias abordagens, para esclarecer o conteúdo e monitorar o progresso dos alunos, tanto *online* como *offline*, com atividades diferenciadas e planejadas na resolução de problemas.

Diante dos contextos de novas tecnologias, os alunos que possuem uma dificuldade maior em expressarem suas dúvidas, poderão ficar tranquilos. Afinal, o professor saberá exatamente quais são as dúvidas daqueles alunos. E, com isso, aprofundará mais naquela questão.

#### 4.2 Tecnologias Digitais na Educação de Surdos

A aula híbrida é uma forma de utilizar os meios tecnológicos como alternativa da educação de inclusão de surdos, onde pode ser utilizada a internet, as redes sociais e o computador abrindo possibilidades de comunicação para todos, mas para os surdos essas são ferramentas visualmente acessíveis, o que as tornam atraente para o surdo, como também o uso de softwares e aplicativos, como exemplos: O Vlibras, Tlibras digital 9 e o *Hand Talk*. O Vlibras possui uma série de ferramentas. Uma delas serve para a tradução de conteúdos de sites, áudios e textos para Libras e pode ser instalada em computadores, tablets, navegadores e celulares. Já o Tlibras digital 9 tem como objetivo ser utilizado em salas de aula, nas televisões digitais (para substituir as legendas), na internet ou até na construção de livros visuais (apresentados via computador). O protótipo capta o som em português, falado por um professor através de um microfone, e o computador traduz o som em português para libras, mostrando os sinais correspondentes na tela do computador. O *Hand Talk* (Mãos que Falam) é um aplicativo que realiza tradução digital para Língua dos Sinais e oferece ferramentas complementares ao trabalho do intérprete para auxiliar a comunicação entre surdos e ouvintes, visando intensificar a inclusão de ensino, com objetivo de romper as barreiras limitantes na comunicação de conteúdo nas salas de aula. A ideia foi desenvolvida por três brasileiros do estado de Alagoas, Carlos Wanderlan, Tadeu Luz e Ronaldo Tenório, que participaram do *World Summit Award Mobile (WSA Mobile)*, em 2013, um concurso realizado pelas Nações Unidas que avaliou representantes de cem países, os brasileiros foram premiados na categoria Inclusão.

Entretanto, o acesso a Libras através do Ensino a Distância (EaD) possibilita que o professor fique mais sensível a atender visualmente o sujeito surdo exercitando sua capacidade de trabalho em grupo, pois estimula, também, fóruns, chats e bate papo, incentivando o respeito aos colegas e a valorização do trabalho coletivo. Pois não adianta apenas colocar o computador em sala de aula. As tecnologias precisam ter uma função real, assim, é preciso colocar uma plataforma de ensino a distância para guiar o aluno neste estudo. É preciso pensar que a aula precisará ser dividida entre algumas etapas. Assim, a aula será aproveitada ao máximo durante todo o período de tempo e permanência do aluno com os aplicativos oferecidos.

#### 5 Considerações finais

Este artigo buscou trazer algumas reflexões pautadas em propostas de atividades adaptadas para atender as necessidades dos alunos surdos e as formação docente. Uma vez que

estamos vivenciando um momento de transformações nas formas de comunicação e de intercâmbio de conhecimentos, desencadeadas pelo uso generalizado das tecnologias nos distintos âmbitos da sociedade contemporânea, que demandam uma mudança de paradigmas e reformulação das relações de ensino e aprendizagem, tanto no que diz respeito ao que é feito e como é realizado nas escolas. As tecnologias eletrônicas têm definido, em boa parte, o nosso modo de pensar e de agir.

A escola é um espaço formal de educação e está sendo cobrada quanto à inserção dos recursos tecnológicos na prática pedagógica, do ponto de vista educacional, principalmente com a disseminação dos aparelhos tecnológicos e o fato de eles estarem adentrando a sala de aula. Os alunos, na sua maioria, dispõem dessas tecnologias e os que frequentam as aulas estão usando-as, porém, como e com que objetivo? Dessa forma, o modelo de ensino híbrido tem completas possibilidades de promover, com qualidade, a educação com atendimento especializado para os surdos.

A promoção das pessoas com surdez pode ser realizada por meio da Educação a Distância. Para isso, faz-se necessário que os gestores identifiquem as possibilidades de atendimento através dos ambientes da EaD que são excelentes e, proporcionam oportunidades infinitas para a realização da educação da comunidade surda. Tal procedimento pode proporcionar uma educação inclusiva, contando com o atendimento pontual e diretivo das necessidades desse grupo de alunos. Dessa forma, a inclusão social das pessoas com surdez, certamente alcançará proporções ainda mais extensas. Ademais, a tecnologia está em nosso meio para nos dar significativas contribuições em diversos espaços, inclusive no espaço escolar, em sala de aula, mas se usarmos essa tecnologia de forma “errada” torna-se uma arma contra o ensino.

O estudo conclui que o ensino híbrido apresenta uma diversidade de métodos a serem aplicados no ensino inclusivo de surdos, permitindo através de uma abordagem transdisciplinar uma boa reflexão sobre o contexto contemporâneo na educação, desde que seja utilizado de maneira adequada, com devidos planejamentos, combinando com diversos recursos tecnológicos, porém para sua implementação é necessário que ocorra uma reelaboração cultural escolar, principalmente ao método tradicional de ensino que ainda está enraizado em nossa cultura.

## **Referências**

- Bacich, L., & Moran, J. (2015). Aprender e ensinar com foco na educação híbrida. *Revista Pátio*, 17(25), 45-47.
- Barreto, M. A. D. O. C., & Barreto, F. D. O. C. (2014). *Educação Inclusiva Contexto Social e Histórico, Análise das Deficiências e Uso das Tecnologias no Processo de Ensino-Aprendizagem*. Saraiva Educação SA.
- Bergmann, J., & Sams, A. (2016). Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem. *Rio de Janeiro: LTC*.
- Busatta, C. A. (2016). *A sala de aula de Química: um estudo a respeito da educação especial e inclusiva de alunos surdos* (Doctoral dissertation, UFRGS). Porto Alegre.
- Christensen, C. M., Horn, M. B., & Johnson, C. W. (2009). *Inovação na sala de aula: como a inovação disruptiva muda a forma de aprender*. Bookman Editora.
- Ciccone, M. (1990). Comunicação total: introdução, estratégia, a pessoa surda. *Rio de Janeiro: Cultura Médica*, 7.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Guarinello, A. C.; Berberian, A. P.; Santana, A. P.; Massi, G & Paula, M. (2006) A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. *Revista Brasileira Educação Especial, Marília*, 12, 3, 317-330.
- Horn, M. B., Staker, H., & Christensen, C. (2015). *Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação*. Penso Editora.
- Lakatos, E. M; Marconi, M.A (2007) *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Atlas.
- Ludke, M. e André, M. E. D. A. (2013). *Pesquisas em educação: uma abordagem qualitativa*. Editora EPU, São Paulo.
- Mallmann, F. M., CONTO, J. D., Bagarollo, M. F., & Franca, D. M. V. R. (2014). A inclusão do aluno surdo no ensino médio e ensino profissionalizante: um olhar para os discursos dos educadores. *Rev. bras. educ. espec*, 20(1), 131-146.
- Mendes, A. Q. S., Figueredo, F., & Ribeiro, A. C. (2015). Inclusão de alunos surdos na escola regular: Aspectos linguísticos e pedagógicos. *Revista da iniciação científica–RIC Cairu*, 2(02), 33-46.
- Miranda, L. A. V. (2005) *Educação online: Interações e estilos de aprendizagem de alunos do ensino superior numa plataforma web*. 2005. 382 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Minho, Braga.

Oliveira, C. (2015). Tic's na Educação: A Utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na Aprendizagem do aluno. *Revista Pedagogia em Ação*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 75-95.

Paschuini, E. A. (2015) *A infoinclusão de alunos surdos na educação de jovens e adultos utilizando o aplicativo Hand Talk em sala de aula*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação. Setor de Educação. Universidade Federal do Paraná- UFPR. Curitiba.

Renosto, R. C., & Cardoso, R. P. (2015). Um Modelo Híbrido de Educação: Aproximações Entre o Presencial e o Virtual. *REVISTA CESUCA VIRTUAL: CONHECIMENTO SEM FRONTEIRAS-ISSN, 2318(4221)*, 197-206.

Santos, S. R. (2012) Políticas educacionais, educação inclusiva e direitos humanos. *Lex Humana, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 135-156*.

Silva, L. D., Lacerda, C. D., & Souza, V. (2011). Políticas educacionais públicas brasileiras destinadas à educação de pessoas surdas (unidade II). *Material do Ensino a Distância, MEC*.

Unesco (1994) *Declaração mundial sobre Princípios, políticas e práticas nas áreas das necessidades educativas especiais*. Espanha.

Valente, J. A. (2014). Blended learning e as mudanças no ensino superior: a proposta da sala de aula invertida. *Educar em Revista, (4)*, 79-97.

Walber, V. B., & Silva, R. N. D. (2006). As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? Care practices and the disability issue: integration or inclusion?. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 23(1), 29-37.

#### **Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Alex Araujo Dultra – 100%